

**CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS CONSELHOS FISCAL E  
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

Aos 08 dias do mês de agosto de 2017, às 08:30 horas na Escola de Formação do Servidor Professor Cleno Vicente, situado à Rua Pará de Minas, 640, Bairro Brasileia - Betim, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal de Previdência - CFP dentre os quais: 1) Manoel Lopes Gonçalves - titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CFP; 2) Chyntia Aparecida Espaladori de Brito - titular representante do Poder Executivo e sua suplente Déborah de Almeida Lopes; 3) Greiciane Maria de Oliveira - suplente representante do Poder Executivo; 4) Elias de Oliveira Júnior - titular representante do Poder Executivo e seu suplente Cristiano Carvalho Aguiar; 5) Vanilda Correa de Souza Santiago - suplente representante do Poder Legislativo; 6) Marina Terezinha Lara Ximenes - titular representante do Poder Legislativo e sua suplente Lourdes Aparecida dos Santos Miranda; 7) José Braga Vieira - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINSERB); 8) Maria da Conceição Silva Pimenta - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE); 9) Andreia Costa Pereira dos Santos - suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE) e 10) Alike Pogliane Barbosa Ribeiro - titular representante dos servidores inativos e pensionistas e sua suplente Fernanda Pinho de Brito. Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Ellen Ises Mendes - titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP e seu suplente Wesley de Melo Souza; 2) Lúcio de Oliveira Costa - titular representante do Poder Executivo e seu suplente José Eustáquio Pinto; 3) Cirilo Moreira Junior - titular representante do Poder Executivo e seu suplente Raphael Martins Filho; 4) Margareth Melo Rezende Butori - titular representante do Poder Legislativo; 5) Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 6) Adriana Correia de Queiroz - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE) e seu suplente Reginaldo Tomaz de Jesus Silva; 7) José Ivan Palma Souza - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE) e sua suplente Célia Cristina de Oliveira; 8) Mauro Silva Reis - titular representante dos servidores inativos e pensionistas e seu suplente Paulo Nogueira Fortes; 9) Servio Tulio Sendin - titular

representante dos servidores inativos e pensionistas e seu suplente Ghiaroni Gregório Rios. Pelo Instituto de Previdência Social do Município de Betim – Ipreamb – o senhor Renato Diniz Lanza - Presidente do Ipreamb; o senhor Alisson Roberto Diniz Ferreira - Procurador Autárquico; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva - Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos - Cominv; a senhora Camila Francisca Nolasco - Chefe de Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Lara Ferreira - Auditora e Controle Interno; a senhora Helenice Quaresma Silva – servidora do Setor de Auditoria e Controle Interno; a senhora Cristiane Geralda Santos - Chefe de Divisão Administrativa; a senhora Josiane de Freitas Amancio - Chefe de Divisão de Benefícios e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Apresentação dos novos membros do Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal de Previdência; 2) Balancete da receita; 3) Balancete da despesa; 4) Demonstrativo numerário; 5) Apresentação da Carteira de Investimentos; 6) LOA 2018; 7) Definição do calendário de reuniões 2017 e 8) Informações gerais. Às 09:00 inicia-se a reunião. O Presidente do Ipreamb Renato inicia a reunião agradecendo a presença dos membros titulares e suplentes de ambos os conselhos. Cada membro presente se apresenta, bem como os servidores do Instituto. O Presidente do Ipreamb Renato comenta que será apresentado durante a reunião uma visão financeira e contábil do Instituto referente ao primeiro semestre de 2017. Ressalta que o Ipreamb vai além dos investimentos e há áreas essenciais como: administrativo, compras, benefícios que contribuem para o sucesso da instituição e hoje trabalha com uma equipe competente e disposta a cuidar dos quase 14 (quatorze) mil servidores ativos e quase 3 (três) mil beneficiários, visando o futuro e a sustentabilidade do Ipreamb. Passa-se a palavra para a Chefe de Divisão de Contabilidade Camila que apresenta, através de gráficos, os valores de receita arrecadados mensalmente no primeiro semestre de 2017. Esclarece que os valores detalhados de cada receita estão disponíveis no site do Ipreamb no portal da transparência. Informa que o montante da receita é composto basicamente pelas contribuições patronais, do servidor ativo, aposentado e pensionista; dos rendimentos patrimoniais; do Comprev (compensação previdenciária) e dos parcelamentos. A arrecadação dos meses de janeiro e fevereiro foi mais expressiva devido ao pagamento do décimo terceiro salário e o pagamento das contribuições, em aberto, referente aos meses de novembro e dezembro de 2016. O governo fez um novo parcelamento referente ao repasse dos meses de janeiro a abril de 2017 e desde junho todos os seis parcelamentos vigentes e a contribuição patronal estão sendo pagos em dia. O mês de maio apresentou queda de receita, tendo como principal fator o escândalo envolvendo a JBS, que atingiu diretamente a arrecadação patrimonial. A

conselheira municipal Margareth pergunta sobre os repasses não pagos e como foi feito o novo parcelamento. Pede que nas próximas reuniões seja apresentado os relatórios detalhados. O Presidente do Ipreamb Renato esclarece que o atraso do repasse patronal se deu porque legalmente há um número mínimo de parcelas em aberto que geram um reparcelamento. Para que este reparcelamento fosse possível era preciso quitar a dívida anterior. Assim, o governo optou por pagar os meses de novembro e dezembro de 2016, deixando em aberto janeiro e fevereiro que somados aos meses de março e abril de 2017 gerou um reparcelamento. A intenção era passar a situação aos conselhos, mas houve uma grande dificuldade para conseguir os nomes dos novos membros. Somente em julho o Ipreamb recebeu o nome de todos os membros, podendo assim, enviá-los para a Prefeitura Municipal de Betim que providenciou os decretos de nomeação. O conselheiro fiscal Elias concorda que há muitos servidores que não querem assumir o Conselho. A conselheira municipal Fernanda pergunta a quantidade de parcelamentos e quais períodos compõem cada um. O presidente do Ipreamb Renato diz que irá apresentar os números na próxima reunião. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila apresenta o gráfico com os valores da despesa mensal. Ressalta que o maior gasto é com a folha de pagamento e que a demanda aumentou com o plano de incentivo a aposentadoria. As despesas administrativas giram em torno de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por mês. No relatório que será enviado aos membros dos conselhos será possível ver as despesas detalhadas por obrigações. No confronto entre receita e despesa é possível verificar um superávit em todos os meses do primeiro semestre de 2017. O Presidente do Ipreamb Renato coloca-se a disposição para receber qualquer conselheiro no Ipreamb para esclarecer possíveis dúvidas ou para se interagir mais com o assunto. A conselheira municipal Margareth comenta que o Ipreamb é patrimônio do servidor e ressalta a importância da participação efetiva de cada conselheiro, acompanhando o regimento interno para conhecimento de suas funções, direitos e deveres. A conselheira fiscal Marina pergunta se o regimento está disponível no site. O presidente do Ipreamb Renato responde que sim. O conselheiro municipal Servio Túlio pergunta se existe uma quantidade limite de parcelamentos que o Município pode firmar. O presidente do Ipreamb Renato responde que a lei não estabelece limites e reforça que atualmente são seis parcelamentos vigentes. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila completa que o Ministério da Previdência Social (MPS) aprova o parcelamento e estabelece o número de parcelas, 240 (duzentos e quarenta) meses, 60 (sessenta) meses. O conselheiro municipal Mauro pergunta qual o valor em caixa hoje no Ipreamb. O presidente do Ipreamb Renato responde que há aproximadamente R\$ 1.017.000.000,00 (um bilhão e dezessete milhões de reais) aplicados. A conselheira

municipal Margareth pergunta sobre o caixa destinado à construção da sede, se os valores continuarão aplicados ou se irá optar por construí-la. O Presidente do Ipreamb Renato responde que o Instituto está crescendo. A sede atual não atende o Instituto. O montante hoje gira em torno de 16 (dezesesseis) milhões de reais, somados ao saldo da conta administrativa ao longo dos anos. O Ipreamb é um instituto referência em termos de previdência e institutos de municípios menores possuem sede própria e questionam o fato de Betim não possuir. Diz que será estudado o assunto. Acrescenta que a Lei Municipal nº.5.997 de 28 de dezembro de 2015, que trata da dação em pagamento de imóveis para o Instituto, não está efetiva pois os terrenos nela relacionados não estão regularizados. A nova gestão irá estudar outros terrenos passíveis de dação e o Instituto irá analisar se será conveniente para a construção ou adquirir um imóvel pronto para a sede do Ipreamb ou para investimentos mais rentáveis. A conselheira municipal Margareth lembra que o Ipreamb contratou uma empresa para avaliar os terrenos na questão de investimentos e, diante da fala do Presidente do Ipreamb, foi um dinheiro mal empregado, uma vez que a dação não foi concluída. O conselheiro municipal Mauro concorda e reforça que a primeira ação, antes de propor a dação dos terrenos, é conferir a situação dos mesmos. O conselheiro José Braga acrescenta que isso mostra a desorganização da PMB. Próximo item de pauta: LOA 2018. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila diz que o Ipreamb fez uma proposta e que a mesma é passível de alterações, se assim acharem necessárias. A LOA – Lei Orçamentária Anual é elaborada pelas Unidades Públicas vinculadas a Administração do Município e pela PMB de forma consolidada e enviada para aprovação da Câmara Municipal de Betim. A PMB consulta o Instituto no que cabe a ele. A proposta traz a estimativa de receita e despesa para o ano seguinte e é feita utilizando o saldo histórico dos anos anteriores. Quanto à receita espera-se arrecadar aproximadamente 260 (duzentos e sessenta e seis) milhões de reais. Sendo os valores mais significantes provenientes das contribuições patronais e de servidores e remuneração patrimonial. Para definir a previsão de receita patrimonial houve auxílio da Divisão de Investimentos. Quanto às despesas foi aberta a dotação para a construção/aquisição da sede e aumentou-se os valores de aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Ainda não se definiu pela nova sede, mas caso necessite os valores já estão lançados. As despesas com a folha de pagamento são discriminadas conforme o responsável, PMB e Ipreamb. As fontes de recursos são divididas: 01000, corresponde à PMB e 01003, ao Ipreamb. A dotação de sentenças judiciais é utilizada se preciso. A reserva de contingência serve para suplementar as demais despesas. O total previsto para as despesas é de aproximadamente 299 (duzentos e noventa e nove) milhões de reais, somadas as despesas da Prefeitura. Considerando apenas o

Instituto, a previsão é de aproximadamente 260 (duzentos e sessenta) milhões que representa o total previsto de receita. Há prazo de 15 (quinze) dias para enviar a proposta para a PMB. Pergunta se os conselheiros querem aprová-la ou preferem convocar uma reunião extraordinária. O conselheiro municipal Reginaldo Tomaz pede para enviar os números aos conselheiros para uma análise mais precisa. O presidente do Ipreamb Renato coloca que a LOA é passível de mudanças ao longo do exercício, mas há dotações que não podem ser incluídas, como despesas no campo social, pois a lei não permite utilizar dinheiro do caixa para isso, bem como não permite gastos com cestas alimentação. Assim, para oferecer serviços nesta esfera são firmadas parcerias entre o Instituto e o Município. A conselheira fiscal Lourdes concorda que a lei deve limitar gastos para segurança do Ipreamb. A conselheira municipal Margareth diz que os valores de despesas para o próximo ano deveriam ser menores, pois houve corte de gastos em relação aos anos anteriores, como a limitação de viagens. O presidente do Ipreamb Renato responde que regularizou, através de portaria, cursos de qualificação para o servidor que atualmente só podem ser feitos na região metropolitana. Apenas os membros do Comitê de Investimentos tem aval para viagens, pois é preciso acompanhar os investimentos de perto garantindo maior efetividade das ações que os envolvem. Aproveita para comunicar que irá capacitar os conselheiros e pede a participação de todos. A conselheira fiscal Fernanda ressalta que as despesas com capacitação são baixas e necessárias. Questiona qual a variação total, em percentual, referente as despesas, em relação ao ano anterior. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila esclarece que não possui no momento os números para apresentar. O conselheiro municipal Mauro sugere um quadro comparativo de cada dotação. O conselheiro fiscal Elias não vê necessidade de comparar valores, uma vez que há reserva de contingência para suplementar as despesas. O chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Cominv Rômulo lembra que a LOA é um instrumento de planejamento, uma estimativa de receita e fixação de despesa. A folha de pagamento por exemplo, é estimada considerando o crescimento vegetativo da folha e possíveis reajustes seguindo a inflação. O conselheiro municipal José Ivan comenta que os conselhos estão bem representados quanto aos seus membros. Acha interessante a discussão da LOA de forma mais minuciosa, entende a pressão quanto ao prazo de envio, mas vê a discussão como uma ótima oportunidade de aprendizado, entrosamento do grupo e proximidade com o Instituto. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila irá encaminhar para os conselheiros os números referentes aos anos de 2015, 2016, 2017, em execução, e o previsto de 2018 para comparação e análises. Defini-se pela convocação de nova reunião do CMP para o dia 11 de agosto de 2017, sexta-feira, às 09 horas, na sala de reuniões do Ipreamb. Próximo item de

pauta: Carteira de Investimentos. O chefe de Divisão de Investimentos e presidente do Comitê de Investimentos Rômulo elogia a composição dos conselhos. Deseja que todos os conselheiros sejam atuantes, contribuindo com uma gestão transparente e eficiente e buscando melhores resultados para o Ipremb. Distribui um relatório aos presentes referentes a Divisão de Investimentos e o Comitê. Acrescenta que o relatório não consta os números absolutos, pois compreende a carteira de investimentos até o mês de maio de 2017. Os números do mês de junho estão sendo analisados. Quanto ao mês julho ainda não receberam todos os extratos das contas investimentos que geralmente são entregues até o dia 10 do mês subsequente. Previamente, a carteira gira em torno de R\$1.017.000.000,00 (um bilhão e dezessete milhões de reais). Este valor é movimentado em 60 (sessenta) aplicações financeiras que variam entre renda fixa, aproximadamente 83% (oitenta e três por cento) do montante e renda variável, aproximadamente 17% (dezessete por cento). Comenta que durante a transição de governo cogitou-se a criação da Divisão de Investimentos e a mesma foi instituída em fevereiro de 2017 com objetivo de mandato de fazer diligência a toda matéria que envolve os investimentos e é inerente as políticas que compõem a gestão de recursos. A equipe da Divisão de investimentos é formada por quatro servidores. Já o Comitê de Investimentos tem como objetivo de mandato assessorar na análise dos fundos, acompanhar a performance e deliberar sobre aplicações e resgates, seguido de melhoria contínua. O conselheiro fiscal Servio Túlio pergunta se há investimentos de risco. O presidente do Cominv Rômulo responde que todo e qualquer investimento apresenta risco, incluindo as cadernetas de pouponça, que muitos julgam 100% (cem por cento) seguras. Sobretudo o Cominv possui perfil predominantemente conservador. Visa a solvência do fundo. Em relação a meta atuarial (IPCA+6%) uma das consequências imediatas para solucionar a questão do não alcance da mesma é o aumento da alíquota patronal que gera entraves na administração pública. Embora a carteira de investimentos esteja aplicada em sua maior parte em fundos conservadores, há investimentos em fundos de ações considerados de risco moderado e arrojado. Quando se faz uma aplicação observa-se não só a rentabilidade, mas a garantia da solvência. Hoje com o cenário econômico que o país enfrenta há uma preocupação maior em preservar o recurso patrimonial a atingir a meta. O conselheiro fiscal Cristiano pergunta se os membros do comitê são qualificados. O Presidente do Cominv Rômulo responde que todos são. A maioria possui o Certificado Profissional Anbima - CPA, sendo que o mínimo exigido por lei é o CPA-10. Alguns membros vão além possuindo o CPA-20. O conselheiro municipal Servio Túlio pergunta se há uma consultoria de investimentos. O presidente do Cominv Rômulo responde que o contrato com a consultoria encerrou-se em fevereiro

deste ano e optou-se por não renová-lo. Toda ação referente a investimentos fica totalmente a encargo do Instituto. O conselheiro fiscal Cristiano acrescenta que há determinação legal para definir quais tipos de fundos os recursos podem ser aplicados. A conselheira municipal Margareth coloca que houve alteração nos percentuais de aplicação dos fundos. O presidente do Cominv Rômulo confirma que houve alteração na estratégia de investimentos do Ipremb aumentando os percentuais de aplicações em renda variável, pois o Comitê decidiu acompanhar os percentuais definidos pela Resolução CMN nº. 3922/2010 visando melhores resultados na carteira diante do mercado atual. A política de investimentos passa pela apreciação do conselho municipal e posteriormente serão apresentadas algumas alterações. O conselheiro municipal Servio Túlio questiona se há leis que definem em quais bancos devem ser aplicados os recursos. O presidente do Cominv Rômulo responde que não, o que é positivo para o Instituto, pois há muitos bancos e assets que trazem ótimas oportunidades de aplicações. A garantia de estar trabalhando com intuições sérias parte do minucioso processo de credenciamento das mesmas que segue padrões estabelecidos por leis. O presidente do Cominv Rômulo diz que posteriormente irá apresentar os valores aplicados em renda fixa e renda variável e fará uma explanação do assunto. O país vive um momento de recessão sem precedentes. Para estimular a economia a taxa Selic diminuiu, reduzindo os juros, a inflação também está em queda e como consequência há menor rentabilidade aos fundos atrelados a estas taxas. Existem na carteira fundos que podem ser movimentados a qualquer momento e fundos com prazo, alguns findam em 2025, por exemplo. Destes há fundos que contabilizam rentabilidade negativa há meses e para não realizar perda continuam com os recursos investidos. É importante ter visão e acompanhar a volatilidade do mercado para saber quando aplicar e resgatar garantindo no mínimo a preservação do recurso. A aplicação financeira só gera ganho ou perda quando se faz a retirada do capital. Lembra que a meta é IPCA+6% (seis por cento). O comitê analisa todos os fundos em busca deste resultado. Cabe ao Cominv assessorar sobre as ações que envolvem os aportes. O presidente do Ipremb é o gestor do fundo, os conselheiros acompanham esta gestão, são corresponsáveis na apreciação dos números, mas quem responde pelas aplicações é o gestor do fundo, inclusive no âmbito judicial. A conselheira municipal Alika diz que o presidente do Ipremb representa todos os servidores municipais e acredita que ele faz os investimentos de forma segura visando a solidez do Instituto. O presidente do Ipremb Renato reforça a necessidade de qualificação para tomada de decisões acertivas e acrescenta que possui qualificação de gestor que envolve também os investimentos. O presidente do Cominv Rômulo ressalta que todas as instâncias (conselhos, comitê, presidência, divisões...) formam o

corpo do Ipremb que representa todos os segurados. Assim é importante que se estabeleça uma relação de respeito e confiança entre cada parte deste corpo. Esclarece que quando o comitê recebe uma proposta de mercado, é feita uma análise minuciosa entre os membros. Se o comitê sinaliza uma possível aprovação, abre-se um processo de diligência na Divisão de Investimentos para então concretizar ou não o aporte. A conselheira municipal Margareth solicita uma planilha detalhada de cada fundo com gráficos mostrando a rentabilidade esperada, a rentabilidade realizada, a data de aplicação e os prazos para resgate. O presidente do Cominv Rômulo diz que irá providenciar, na medida do possível, é uma ação demorada, pois é necessário tratar as informações para disponibilizá-las de forma didática. Apresenta as principais movimentações realizadas na carteira de investimentos pelo comitê neste exercício. Em relação a renda fixa movimentações de aplicações em fundos indexados ao CDI para fundos indexados a índices de títulos públicos federais – IRF-M e IMA-B. Explica que os fundos CDI são atrelados a taxa Selic que em queda deixam de ser uma aplicação interessante. Já os fundos IRF-M e IMA-B oscilaram muito devido ao cenário político do país, mas não houve retirada para não contabilizar perda. O comitê acredita que ainda com as oscilações os fundos irão cumprir a agenda de prazos e render o esperado. Em relação a renda variável houve aplicações em fundos de investimentos em participações; em fundos de investimentos multimercado – crédito privado e Ibovespa capital protegido; em fundos de investimentos em ações selection e programado Ibovespa ativo. Para aplicações nestes tipos de fundos de renda variável houve alteração na ata do Comitê de investimentos, sendo possível aplicar o limite de 5% (cinco por cento) em Multimercadocomo permite a Resolução CMN nº.3922/2010. O cenário econômico atual aponta que este tipo de investimento é promissor e há inclusive especulações que a resolução citada irá sofrer alterações ampliando o limite de percentual em Multimercados de 5% (cinco por cento) para 15% (quinze por cento), baseado na visão dos quase dois mil regimes próprios de previdência social - RPPS's instituídos no Brasil. O comitê, assim como o mercado, acredita que os índices das bolsas irão subir em no futuro acompanhando a recuperação econômica que deve acontecer a médio prazo, ou seja , dentro de 3 (três) a 5 (cinco) anos. A conselheira municipal Margareth pergunta se a reforma da previdência afeta os investimentos. O presidente do Ipremb Renato responde que a reforma ajuda a proteger o financeiro do Ipremb, mas não afeta diretamente os investimentos. O presidente do Cominv Rômulo apresenta a rentabilidade da carteira de investimentos de janeiro de 2017 a maio de 2017. Mostra mês a mês os percentuais de IPCA, que representa a taxa de juros, a meta atuarial esperada, a rentabilidade da carteira e a meta atuarial atingida. Os três primeiros meses do ano

foram excelentes superando a meta. Já o mês de abril, não alcançou a meta, devido a rentabilidade negativa de um fundo, que perdeu aproximadamente 1 (um) milhão de reais, em decorrência de uma arbitragem desfavorável ao fundo. No acumulado do período contabilizou-se 109,51% (cento e nove virgula cinquenta e um por cento) da meta atuarial atingida. Há expectativa de bater a meta ao final do ano. O conselheiro municipal Mauro pede uma prévia do IPCA dos meses de junho e julho. O presidente do Cominv Rômulo diz que houve uma deflação em junho e na primeira quinzena de julho o que aponta para o alcance da meta. Aproveita para comentar que como proposta de alteração na política de investimentos o comitê alterará o modelo de gestão da carteira de investimentos, de "gestão própria" para "gestão mista". Isto significa a contratação de carteira administrada para trabalhar a gestão dos ativos, o que propicia maior agilidade nos aportes e melhor aproveitamento das oportunidades. Porém toda ação é remetida e autorizada pelo presidente do Ipremb e o Cominv. A conselheira municipal Margareth pergunta sobre os custos desta contratação. O presidente do Cominv Rômulo esclarece que as despesas se assemelham as despesas com as taxas administrativas de cada fundo de Renda Fixa, o que representa 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 1,4% (um virgula quatro por cento) de acordo com o tipo de fundo. Para a contratação do banco de investimentos primeiramente será feita uma diligência, assim como acontece no credenciamento das instituições de investimentos. O risco é semelhante ao dos fundos. Exemplifica que há muitos RPPS's adotando este modelo, como em Joinville-SC, bem como a maior parte dos fundos de pensões. A conselheira municipal Adriana diz que para aprovar tal mudança seria necessário se interar mais do assunto, bem como estudar mais sobre o regime próprio de previdência. O presidente do Cominv Rômulo diz que esta deliberação compete ao comitê que já decidiu pela mudança. Traz a questão para o CMP para apreciação e alteração da Política de Investimentos. Coloca-se a disposição para discutir e tirar dúvidas. O conselheiro municipal Mauro acredita que a mudança é válida. O conselheiro municipal Reginaldo Tomaz comenta que o ideal é discutir os assuntos com o conselho antes de deliberar. O presidente do Cominv Rômulo esclarece que a mudança no perfil de gestão não altera o perfil das alocações, mas facilita o aporte agilizando a operação. Hoje as instituições financeiras são custodiantes dos recursos e cobram taxas administrativas para tal. Com a gestão mista as instituições passam a ajudar na gestão do fundo, no processo de compra e vendas, cobrando valores semelhantes. O Instituto ganha em eficiência. O conselheiro fiscal Marco Aurélio pergunta se será um banco que irá gerir os recursos. O presidente do Cominv Rômulo responde que sim e acrescenta que há muitos bancos com expertise no assunto, pois trabalham para fundos de pensão. Reforça que toda decisão em relação aos aportes

partem do comitê, o banco trabalha como agente facilitador do processo. A conselheira municipal Margareth pergunta se a mudança na gestão ocasiona mudança na natureza jurídica da autarquia. O presidente do Cominv Rômulo diz que não. A gestão mista é um modelo de gestão que será adotado pelo comitê. Torna-se interessante a partir do ponto que as instituições que oferecem este tipo de serviço preocupam-se principalmente com a preservação do patrimônio. A contratação equipara-se a um novo investimento, tanto que não há necessidade de licitação. O presidente do Cominv Rômulo compromete-se a apresentar maiores detalhes na próxima reunião para continuar a discussão. Em seguida apresenta as estratégias do comitê a curto prazo: continuar ampliando o percentual alocado em renda variável, dentro dos limites permitidos e realizar procedimento tático de alocação em renda fixa. Aproveita a reunião para comentar sobre a possível construção de um aeroporto em Betim onde supostamente seriam utilizados recursos do Instituto. Esclarece que não há nada sendo discutido com o Ipremb, não há nada oficializado. O conselheiro fiscal Elias pergunta qual a posição do Instituto sobre a questão. O presidente do Cominv Rômulo responde que a legislação não permite compra direta de ativos. Para investimentos deste tipo são criados fundos de estruturados. Se for interessante para o Instituto, o comitê não vê problemas em fazer aportes, podendo vir a ser o melhor investimento da carteira. Lembra que há limites de recursos para ser aplicados e antes de qualquer ação é feito diligência para segurança do investimento. O conselheiro municipal Mauro diz que a discussão sobre o aeroporto é antiga e nos governos anteriores, inclusive, aprovou-se um projeto básico para a construção. Diz também que o aeroporto é uma meta do atual governo. Entende que é preciso esperar o projeto de viabilidade econômica para então avaliar se compensa ou não investir. A conselheira fiscal Fernanda comenta que o medo do servidor é construir um aeroporto utilizando o patrimônio do Ipremb. Completa que a PMB precisa ser mais transparente na questão e concorda com o investimento se o mesmo for interessante. O presidente do Ipremb Renato informa que havendo aporte o mesmo não ultrapassará 1,6% (um vírgula seis por cento) do patrimônio. O conselheiro municipal José Ivan diz que a discussão sobre o aeroporto é prematura, uma vez que não há nada formalizado. Diz que a preocupação maior do servidor é ter recursos suficientes para arcar com as aposentadorias. Acha válido ter investimentos dentro do município. Diz ainda que a alteração da política de investimentos acompanhando os limites da resolução é importante tendo em vista a política instável que o país enfrenta. Hoje a economia internacional está mais forte e a economia nacional está em queda. Assim há expectativa de atualização da resolução citada e perspectiva de acompanhar esta atualização na política de investimentos reenquadrando os limites. Para tal é feito

uma análise da performance de cada modalidade, acompanhando o mercado econômico, não sendo necessário aplicar o percentual máximo permitido, mas abrir possibilidade de fazê-lo se necessário em busca de alcançar a meta do comitê sem causar travas e sem correr o risco de perder boas oportunidades. Para isto é feito um trabalho analítico de toda a carteira. O conselheiro municipal José Ivan pergunta se compensa, neste momento crítico da economia nacional, mudar a gestão do comitê de própria para mista, pede maiores esclarecimentos sobre o assunto. O presidente do Cominv Rômulo diz que o principal risco é não atingir a meta atuarial. No entanto a preocupação principal do Cominv, diante do cenário político e econômico exposto é preservar o capital. Reforça que as instituições que oferecem este tipo de serviço trabalham com investimentos nacionais e internacionais e também visam a preservação da carteira dos RPPS's. Os investidores estrangeiros retiram recursos do país, influenciando negativamente nos fundos de renda fixa. A economia é dinâmica. O presidente do Ipremb Renato diz que modernizar a gestão é positivo para o Instituto, pois agiliza a movimentação para fundos mais rentáveis. As instituições de investimentos possuem como atrativo a cautela com o capital. Acrescenta que sua gestão visa modernizar o Instituto em todos os aspectos de forma a blindar o regresso. Diz que como servidor do município busca a solidez do Ipremb. Se capacitou para exercer a função de presidente e capacita sua equipe para torná-la cada vez mais competente e eficiente no cuidado com o futuro dos segurados. Ressalta que todas as informações referentes ao Ipremb e sua gestão estão disponíveis no portal da transparência. Sugere aos conselheiros acompanhá-las. O conselheiro municipal José Ivan fala que anterior a lei da dação há uma lei de doação de outro terreno. A conselheira municipal Margareth se compromete a enviar esta lei para apreciação e futura discussão. A conselheira fiscal Alika menciona que o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - ao publicar a aposentadoria retroage seus efeitos à data de abertura do processo pagando o acumulado ao beneficiário. Questiona se o mesmo procedimento será adotado nas aposentadorias dos servidores que aguardam em atividade a conclusão do processo. A chefe de Divisão de Benefícios Josiane esclarece que o pagamento será retroativo. A contagem de tempo encerra-se na data de abertura do processo, bem como o desconto da contribuição do servidor que continua apenas para os casos que excedem o teto previsto em lei. O presidente do Ipremb Renato comenta que os servidores não tem informações sobre a legislação previdenciária e acha extremamente necessário divulgar-las e criará meios de fazê-la. A conselheira municipal Margareth lembra que o servidor não tem interesse em buscar informações e nas palestras oferecidas nos governos anteriores houve o mínimo de participação. A conselheira municipal Adriana diz que a rotina do servidor dificulta sua

participação e propõem informativos técnicos com linguagem acessível e o estudo de um melhor meio de comunicação. O presidente do Ipremb Renato diz que irá estudar a proposta e reforça que hoje é possível se informar acessando o site do Instituto. Encerra a reunião comunicando que as reuniões seguintes não serão conjuntas e cada conselho terá seu calendário, questão que será discutida na próxima reunião. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representante do Conselho Fiscal:

Manoel Lopes Gonçalves - titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CF

Chyntia Aparecida de Brito - titular representante do Poder Executivo

Déborah de Almeida Lopes - suplente representante do Poder Executivo

Greiciane Maria de Oliveira - suplente representante do Poder Executivo

Elias de Oliveira Júnior - titular representante do Poder Executivo

Cristiano Carvalho Aguiar - suplente representante do Poder Executivo

Vanilda Correa de Souza Santiago - suplente representante do Poder Legislativo

Marina Terezinha Lara Ximenes - titular representante do Poder Legislativo

Lourdes Aparecida dos Santos Miranda - suplente representante do Poder Legislativo

José Braga Vieira - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINSERB)

Maria da Conceição Silva Pimenta - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

Andreia Costa Pereira dos Santos - suplente representante dos servidores ativos da Educação (SINDUTE)

Alika Pogliane Barbosa Ribeiro - titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Fernanda Pinho de Brito - suplente representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do Conselho Municipal de Previdência:

Ellen Ises Mendes - titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP

Wesley de Melo Souza - suplente representante do Poder Executivo

Lúcio de Oliveira Costa - titular representante dos servidores ativos do Poder Executivo

José Esutáquio Pinto - suplente representante dos servidores ativos do Poder Executivo

Cirilo Moreira Junior - titular representante do Poder Executivo

Raphael Martins Filho - suplente representante do Poder Executivo

Margareth Melo Rezende Butori - titular representante do Poder Legislativo

Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

Adriana Correia de Queiroz - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE)

Reginaldo Tomaz de Jesus Silva - suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE)

José Ivan Palma Souza - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Célia Cristina de Oliveira - suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Mauro Silva Reis - titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Paulo Nogueira Fortes - suplente representante dos servidores inativos e pensionistas

Servio Tulio Sendin - titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Ghiaroni Gregório Rios - suplente representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipremb

Alisson Roberto Diniz Ferreira - Procurador Autárquico

Rômulo Ernane Batista Silva - Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv

Camila Francisca Nolasco - Chefe de Divisão de Contabilidade

Isabela Lara Ferreira - Auditora e Controle Interno

Helenice Quaresma Silva – servidora do Setor de Auditoria e Controle Interno

Cristiane Geralda Santos - Chefe de Divisão Administrativa

Josiane de Freitas Amancio - Chefe de Divisão de Benefícios

Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o ato.